

VOLUME 8 - NÚMERO 1

ISSN: 2175-3687

REVISTA DIÁLOGO E INTERAÇÃO

2014

<http://revista.faccrei.edu.br/>



FACCREI

**A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE UM EFEITO DE COPRESENÇA DE
DILMA/LULA EM 2010: ENQUADRAMENTOS DA VEJA NA POLÊMICA
SOBRE CRIME ELEITORAL ¹**

Elaine de Moraes Santos² (UFMS/ GEPOMI/CNPq-UEM)
Maria Célia Cortez³ Passetti (GEPOMI/ CNPq-UEM)

RESUMO: No limiar do acontecimento político-midiático das eleições presidenciais, este texto focaliza a discursivização da revista *Veja* sobre a prática de crime eleitoral: realização de propaganda antecipada para Dilma Rousseff. Com base na Análise do Discurso de linha francesa, analisamos a mediatização da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na matéria “Nas barbas da justiça”, de 19 de maio de 2010. Os resultados mostram que o enquadramento imagético dos dois sujeitos políticos cria efeitos de sentidos que apontam para a *copresença* da candidata em uma *corporeidade* inerente às palavras de Lula sobre sua possível sucessora.

PALAVRAS-CHAVE: PT. Campanha política. Dilma. *Copresença*. Eleições presidenciais.

**DISCURSIVE PRODUCTION OF DILMA/LULA'S CO-PRESENCE EFFECT IN
2010: FRAMING VEJA IN THE POLEMICS OF ELECTORAL CRIME**

ABSTRACT: On the threshold of the media-political event of the presidential elections, this text focuses on the discursivity of *Veja* magazine about the practice of electoral crime: realization of anticipated election advertising of Dilma Rousseff. Based on French Discourse Analysis, this analysis was made on the candidate's mediatization of Partido dos trabalhadores (PT) and the president Luiz Inácio Lula da Silva in the article: “Nas Barbas da Justiça”, May, 19th 2010. The results show that the framing imagery of two political subjects creates effects of senses that point to the candidate co-presence in a corporeity inherent of Lula's words about his possible successor.

¹ Os dispositivos teóricos e analíticos utilizados neste texto representam um recorte da pesquisa de Doutorado de Santos, que se encontra em andamento, sob a orientação do prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. O *corpus* construído por Santos faz parte de um grande arquivo político-midiático sobre as eleições presidenciais brasileiras de 2010. A construção do arquivo é um dos trabalhos desenvolvidos no interior do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos - GEPOMI /CNPq-UEM, cuja coordenação é de responsabilidade da professora Passetti.

² Professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, Cidade Universitária, S/N, Bairro Universitário, CEP: 79070-900, Campo Grande-MS, Brasil. Telefone: (67) 3345-7672 / E-mail: proflainemoraes@gmail.com.

³ Professora Doutora do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos GEPOMI/CNPq – UEM e Coordenadora do Projeto de Cooperação Acadêmica Unicamp-UEM do Programa de pós-graduação em Letras. Campus universitário. Av. Colombo, 5790, CEP 87020-900, Maringá – PR. E-mail: passetti@wnet.com.br

KEYWORDS: Partido dos Trabalhadores; political campaign; Dilma; *co-presence*; presidential elections.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas eleições de 2010, os presidenciáveis favoritos nas pesquisas de opinião – Dilma Rousseff e José Serra – não se constituíram apenas como dois adversários políticos na disputa pelo pleito, mas materializavam dois matizes ideológicos tradicionais na política brasileira: a esquerda (representada pela candidata do Partido dos Trabalhadores – PT) e a direita (assumida pelo candidato do Partido da Social Democracia do Brasil – PSDB).

Desde o pleito presidencial de 1994, o convívio e a disputa entre as duas *Formações Discursivas* (FOUCAULT, 2010a) inerentes à configuração desses dois eixos se repetiram em embates consecutivos pela presidência. No entanto, o PT, como partido de oposição, ocupava apenas o segundo lugar nas intenções de voto. Em 2010, o pleito nacional foi distinto porque a petista Dilma Rousseff ocupou, em vários momentos de campanha, a primeira posição na corrida presidencial, sobretudo por figurar como candidata da situação, ou seja, por representar a continuidade, após dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – um governo com a maior popularidade de toda história política do Brasil.

O cenário novo e plurissignificativo dessas eleições movimentaram a *escrita da história* (DE CERTEAU, 1982) na produção e na circulação de inúmeras matérias jornalísticas que desenharam, em diversas materialidades, um retrato de cada um dos candidatos. Na verdade, a proliferação de discursos sobre políticos e partidos em período eleitoral, com enfoque sobre conteúdos e estratégias adotados em suas campanhas, tornou-se, com o fim da Ditadura Militar, uma prática comum a vários segmentos. Tal prática compreende desde os dizeres mais locais de um grupo de eleitores reunidos em uma praça até a veiculação em grande escala da discursivização de toda a imprensa.

No Brasil, quando se relaciona o conjunto desses discursos à sua circulação nos diversos objetos da (hiper/multi)mídia da contemporaneidade, podemos observar que, através do multifacetado relacionamento entre a mídia e a política, estamos assistindo a uma *metamorfose* (COURTINE, 2006) que, para além de suscitar apenas um debate sobre a forma como esses dois objetos se constituem, se mesclam ou se (des)caracterizam, reclama uma leitura das *tramas* (GREGOLIN, 2004) responsáveis tanto pela reconfiguração do discurso político, em função dos espaços em que precisa circular, quanto pela reconfiguração da própria forma como as exigências e respostas imediatas do eleitorado vão reconduzindo concomitantemente a pauta de candidatos e legendas destinadas à realização das campanhas.

Pela relevância desse processo no âmbito nacional, um significativo contingente de pesquisas de diversas áreas tem focalizado os diferentes contornos dessa realidade. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da AD francesa e no diálogo com outros campos do saber, já vislumbramos parte desse processo, conforme Santos e Romualdo (2009; 2012), que investiga as coerções responsáveis pela *docilização do corpo* (FOUCAULT, 2009) político do sujeito Lula nas eleições de 2002.

A partir das especificidades do pleito presidencial de 2010, o desafio que emerge agora é a realização de um mergulho na materialidade do discurso e do corpo político da

(pré)candidata⁴ do PT, Dilma Rousseff, nos espaços públicos promovidos pelas *interfaces* (MANOVICH, 2001) midiáticas.

Nas particularidades do período em destaque, além das matérias sobre o engajamento político e a carreira pessoal e profissional de Dilma, esteve o debate sobre o apoio de Lula à candidatura da petista. Com base nessa discussão, buscaremos traçar uma *ordem discursiva* (FOUCAULT, 2010b) para o tratamento deste apoio, na análise da *regularidade discursiva* (FOUCAULT, 2010a) de *agendamentos* (AZEVEDO, 2004), midiáticos sobre a realização de crime eleitoral por parte do governo.

Em cumprimento a esse objetivo, nosso percurso será desenvolvido em três seções. Na primeira delas, situamos os procedimentos teórico-metodológicos deste estudo pelos primeiros movimentos de descrição-interpretação da *trama discursiva* formada pela cobertura da campanha na mídia impressa e suas condições de possibilidade.

Na sequência, discutimos a relação discursiva entre os dois campos do saber que são inerentes ao objeto investigado – a mídia, a política e os processos subjacentes a essa relação.

Na última seção, propomos um gesto de leitura da ‘Coluna Brasil’, publicada na edição de 19 de maio de 2010 pela *Revista Veja*. Na *corporeidade* de Lula e Dilma, discursivizada na escrita midiática, o eleitorado foi submetido, durante a corrida presidencial de 2010, a um processo pelo qual esses dois sujeitos políticos, inscritos em uma *Formação Discursiva* de esquerda, alternavam-se, *copresentes*, como porta-vozes do eleitorado brasileiro para a continuidade dos oito anos de um governo do PT, marcado por alta popularidade de Lula e pelo sucesso de sua forma de administrar.

Para Maffesoli (2000), a *copresença* é o fenômeno pelo qual se faz aparecer o outro/diante do outro/ na fala do outro/ no gesto do outro. Como efeito discursivo responsável pela produção de sentidos diversos, o uso desse conceito fecha as arestas para a formação do *dispositivo analítico* (ORLANDI, 2006) necessário e para o desenvolvimento das seções que permitem, a nosso ver, a confirmação de nossa hipótese de que, na ordem discursiva da mídia impressa brasileira, produziu-se um efeito de *copresença* de Lula/Dilma na *regularidade discursiva* das condições de aparecimento e de manutenção da denúncia quanto à prática de crime eleitoral, pela realização de propaganda antecipada para a possível sucessora de Lula.

1. A TRAMA (DISCURSIVA) DA MÍDIA IMPRESSA NA COBERTURA DA CAMPANHA

Em 2010, diversas matérias jornalísticas focalizaram o perfil político da presidenciável Dilma Rousseff e de seu rival, José Serra, sobretudo porque o favoritismo dos dois candidatos foi discursivamente atribuído às lideranças políticas, das quais um deles seria sucessor: os sistemas de governo empreendidos por Luiz Inácio Lula da Silva ou por Fernando Henrique Cardoso.

Essa e outras questões tematizaram inúmeros textos sobre Dilma. Em todos eles, sua condição de personalidade política foi publicizada pela veiculação de discursos que compuseram um retrato da presidenciável, especialmente em uma articulação na qual

⁴ Nosso período de investigação é formado por todo o ano de 2010, mas até 13 de junho, quando saiu a oficialização da campanha, Dilma ainda era considerada apenas pré-candidata.

sua figura política quando requisitada tinha sempre, no eixo da formulação, a recuperação da figura política de Lula e vice-versa. As particularidades dessa composição reafirmam nosso interesse em estabelecer uma *ordem discursiva* para o tratamento do corpo/discurso de Dilma e de Lula, na cobertura das eleições presidenciais brasileiras. Sendo assim, mais que a confirmação de uma hipótese ou que o cumprimento de um objetivo de pesquisa, o “escavar” desse solo político-midiático traduz-se em um envolvimento maior de nossa parte para com a história já escrita de nossa política, já que:

[...] a mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, mas também lhe confere um estatuto histórico [...]. Uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta no emprego de estratégias de manipulação do real e pelo sensacionalismo, o acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem de escolhas orientadas de imagens, que lhe permitem o efeito de acontecência. (NAVARRO, 2011, p.142).

As palavras de Navarro (2011) reforçam as especificidades do acontecimento político-midiático dessas eleições. Diante dos efeitos de “acontecência” possibilitados pela heterogeneidade da cobertura da campanha eleitoral nas mídias, será preciso realizar uma leitura discursiva da forma como esses dois campos se entrecruzaram na produção da *escrita da história* política desse ano, não apenas nas urnas, mas em todas as etapas do processo. Cientes de que a análise do sujeito/corpo político, nas páginas midiáticas, requer o uso de um dispositivo analítico em consonância ao objeto e gênero em que ele circula, e dos desafios que essa proposta representa no campo de estudos discursivos em que nos inserimos, procuramos estabelecer um esboço de como esses pressupostos estão sendo acionados para esse fim. Este esboço representa um recorte metodológico de nossa pesquisa.

2. O POLÍTICO E A POLÍTICA DA MÍDIA IMPRESSA DE 2010: DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS

O emprego dos termos “política” e “político(s)” é tão heterogêneo quanto os sentidos que esses vocábulos frequentemente denotam/conotam. Segundo Piovezani (2009, p. 130), “[...] algo aparentemente simples como a composição e o uso do sintagma ‘discurso político’ pode apresentar, sob exame um pouco mais atento, uma complexidade considerável”. Enquanto um campo específico do saber, a política articula-se como um dispositivo de poder que detém uma fala própria e acorde aos seus interesses na sociedade de que faz parte.

Em sua materialidade discursiva, a fala política se configura como prática voltada para a circulação em veículos (hiper)midiáticos. Quando os dispositivos midiáticos adentram a esfera política na cobertura das campanhas político-eleitorais, vários são os elementos histórico-discursivos responsáveis pela produção de efeitos de sentidos. Para analisar o cruzamento desses dois campos distintos, é fundamental a percepção de que, como ferramenta do discurso político, a enunciação midiática pode ser direcionada à fabricação de conteúdo rentável e facilmente consumível pelo público ou pode se voltar à formação/manutenção de opinião pública (CHARAUDEAU, 2006).

Sendo assim, uma análise discursiva desses dados do real deve ser voltada à descrição/interpretação tanto das estratégias empregadas nos fios discursivos dessa escrita, quanto da escolha dos temas que podem figurar, a partir de efeitos de evidência,

como informação, concomitantemente à interrogação do silenciamento de tantos outros assuntos que poderiam motivar a fabricação de notícias, mas são deixados ao esquecimento.

Cabe-nos ressaltar que, se devemos entender, na esteira de Porto (2004), como inviável qualquer pressuposição de imparcialidade à comunicação midiática que envolve conteúdos objetivos ou independentes do mundo exterior, defendemos como igualmente inviável desconsiderar que o uso de alguns instrumentos de natureza (inclusive) científica, a alusão a acontecimentos recentes e a exibição de personalidades políticas reais/conhecidas da instância da recepção atuam como efeitos de evidência. Além disso, esses elementos são responsáveis também pela produção de um *efeito de verdade* (FOUCAULT, 1979) - e um valor de informação - aos produtos discursivos da *mediatização* (RUBIM, 2002) da política.

De acordo com Rubim (2002, p. 20), o termo ‘mediatização’ pode designar “a mera veiculação de algo pela mídia”. Na essência desse conceito, podemos observar que, por razões de natureza histórico-cultural, o político precisou adequar seu discurso para ser mediatizado, isto é, para garantir um espaço na cobertura jornalística dos eventos políticos.

Concebido por Foucault (2009) como expressão de poderes e saberes, o corpo (língua/sujeito) pode ser focalizado como condição do processo de comunicação humana, por isso ele é frequentemente discursivizado pela mídia na cobertura político-eleitoral no simples processo de *mediatização* desse corpo. Para uma análise, à luz de uma proposta discursiva, torna-se pertinente, portanto, o acionamento de dispositivos de leitura de como esse corpo favorece a produção de sentidos sobre política e sujeito político no *arquivo* (FOUCAULT, 2010a) de sua discursivização.

De acordo com Courtine (2006, p. 57):

A transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo do gesto, em que a expressão da linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem.

No monitoramento dessa representação a que se refere Courtine (2006), o mergulho na materialidade dos textos midiáticos de natureza impressa começou pela escolha do gênero “revista de atualidades”, como meio de produção e circulação do acontecimento discursivo das eleições. Nessa categoria, o cerne das reportagens se constitui em geral em torno de temáticas do cotidiano brasileiro e de assuntos internacionais ligados à economia, cultura e política. Além de figurar como fonte de informação, a escolha desse tipo de mídia (de alcance nacional) de periodicidade semanal favorece, de um lado, a realização de um recorte voltado para uma menor quantidade de edições e, de outro, possibilita interpretar conteúdos que se destinaram a leitores de todo o território nacional.

A partir dessa escolha e em conformidade com a construção de nosso dispositivo analítico, construímos nosso *arquivo* a partir das quatro revistas de considerável circulação nacional: os semanários *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. A fim de operacionalizar a noção de *interdiscurso*, Maingueneau (2008) sugere uma divisão mais produtiva do conceito em três categorias diferentes e complementares: o *universo discursivo*, o *campo discursivo* e o chamado *espaço discursivo*. A primeira categoria, o

universo discursivo (MAINGUENEAU, 2008), é definida como o conjunto de *Formações Discursivas* (FOUCAULT, 2010a) que convivem e interagem numa determinada época, numa dada conjuntura.

Na delimitação de um *universo discursivo* (MAINGUENEAU, 2008) para o conjunto finito de todas as edições dessas mídias, o conjunto de imagens-discursos que atuaram na manutenção de relações e/ou de efeitos de sentido acerca da “copresença” de Lula/ Dilma é, pois, entendido como *regularidade*⁵.

Segundo Maingueneau (2008, p. 33), o *universo discursivo* nem sempre pode ser apreendido em sua globalidade: ele é “[...] de pouca utilidade ao analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os *campos discursivos*”. A escolha do campo discursivo, como segunda categoria de entrada no *arquivo*, representa, então, o aprofundamento em algumas regiões organizadas socialmente no interior do próprio universo discursivo.

Definido pelo autor como um conjunto de *Formações Discursivas* que “[...] se encontram em concorrência numa região do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34), o *campo discursivo*, enquanto categoria permite-nos vislumbrar os *enquadramentos* (PORTO, 2004) que a candidata petista e o presidente obtiveram no conjunto dos discursos que circularam durante a campanha. A segmentação desse campo em *espaços discursivos* oportuniza, por fim, a seleção apenas das *Formações Discursivas* (FOUCAULT, 2010a) relevantes às questões de pesquisa que conduziram à formação do *arquivo*, isto é, favorecem o estabelecimento de uma ordem discursiva, de uma regularidade, na dispersão de enquadramentos do corpo e dos discursos de Dilma e de Lula nas páginas dos semanários.

Como veículo de comunicação autônomo e pela heterogeneidade de gêneros jornalísticos formadores das revistas, as três categorias articuladas por Maingueneau (2008) mostram-nos diferentes possibilidades de trabalho como a massa de dados. Essas categorias também permitem observar que os princípios de *regularidade* e *dispersão* garantem o ponto de ligação entre os elementos disponíveis e favorecem a recuperação de nosso objeto de análise, e a busca pelas respostas a algumas questões de pesquisa, tais como: a) como foi discursivizado o apoio de Lula a Dilma na cobertura das eleições; b) como o corpo e o discurso de Lula e de sua possível sucessora foram discursivizados pela revista *Veja* na manutenção da ideia de crime eleitoral.

Dadas as suas especificidades, a escrita jornalística não se constitui de presença física, de simultaneidade dessas figuras públicas para o direcionamento desses sujeitos políticos ao centro do debate ou aos assuntos da semana. Dessa forma, a análise da fala e do corpo político na mídia impressa não passa obviamente pela observação do corpo físico, material e humano, mas pela *corporeidade* desses sujeitos políticos em sua corporificação impressa.

Segundo Maffesoli (1996 e 1995), o corpo, porque está presente, ocupa espaço, é visto e favorece o tátil. Para ele, foi com o advento da tecnologia que o corpo pôde transformar-se em imagem. Assim, esse corpo imagético (corporeidade) passou a ser vivenciado/entendido como corpo real.

⁵ Em Foucault (2010a), a noção de *regularidade discursiva* é definida como o trabalho que o analista desenvolve ao organizar esses acontecimentos, buscando o que é regular na dispersão das relações linguísticas ou imagéticas dos enunciados.

Entendendo essa *corporeidade* em sua função sógnica, como uma imagem que está no lugar de algo (representando o corpo/sujeito político), a corporificação pode ser definida como o meio de circulação ou como a forma de mediação dessa *corporeidade*. Dessa forma, a corporificação se dá pela materialização da *corporeidade* no texto (impresso, digital, hipertextual, entre outros).

Com um dispositivo inicial de leitura dos textos verbovisuais de cobertura da campanha, formado apenas das capas e matérias que constituem nosso *espaço discursivo*, chegamos ao *corpus* de análise de nossa pesquisa. Este pôde se estabelecer, concomitantemente, ao acionamento de conceitos e métodos que, requisitados pela própria natureza desse *corpus*, vão garantindo materialidade ao gesto de leitura de objetos que são, a um só tempo, políticos e midiáticos.

Por fim, já que em nosso objeto, a *corporeidade* do sujeito político – Dilma – circula como uma presença (sociocultural e imagética) de sua figura pública na corporificação impressa das revistas em análise, buscamos ilustrar o uso dessa *corporeidade* como recurso que contribui para a produção de um efeito de veracidade/fidelidade das informações discursivizadas.

3. A COPRESENÇA DE DILMA E LULA NAS PÁGINAS DA VEJA: CORPOREIDADE E CORPORIFICAÇÃO

Em consonância com o movimento de descrição-interpretação do acontecimento político-midiático de 2010, iniciado neste artigo, procuramos esboçar neste item como a escrita midiática (documental), entendida como prática disseminadora de verdades sobre candidatos, partidos e campanhas, pode ser interrogada no estabelecimento de uma *ordem discursiva* para o tratamento dos sujeitos políticos – Lula e Dilma – da capa ao interior de suas páginas.

Para ilustrar nosso gesto de leitura, elegemos a ‘Coluna Brasil’, publicada na edição de 19 de maio de 2010, pela *Revista Veja*. Nessa seção do semanário, é recorrente a veiculação de informação através de reportagens de caráter noticioso. Na edição em destaque, a coluna divulgou a prática de um crime eleitoral pelo PT, na realização de propaganda antecipada para Dilma Rousseff. Na forma como o texto é discursivizado: “*Nas barbas da justiça* – o PT descobriu que o crime eleitoral compensa e que pode continuar usando impunemente a máquina e Lula na propaganda da candidatura oficial”, podemos questionar as evidências de sentido que se instauram já no fio discursivo do título, por meio do acionamento do papel da ideologia no contexto de produção desse discurso. De acordo com Pêcheux (1997, p. 60), a ideologia fornece certas evidências e mascara o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Na interrogação dessas evidências de sentido, articuladas na fala ideológica manifestada na mídia, podemos encontrar uma *prática discursiva* (FOUCAULT, 2010a) que orienta a produção de um efeito de “denúncia” ao conteúdo (informativo) veiculado.

Com o emprego dos substantivos “justiça” e “crime”, e do advérbio “impunemente”, associados ao uso do termo “máquina” para se referir ao governo (e seu feixe de poderes), o título ainda promove a recuperação de dados do real da língua e da história. Isso decorre da menção ao presidente Lula como o ocupante oficial desse lugar de “operador da máquina” e, portanto, como o detentor do poder governamental. Na maneira como é discursivizado, vemos, nesse dito, a recuperação de uma *Formação Discursiva* que, por sua natureza, convoca a memória sobre o funcionamento falho do sistema jurídico na sociedade ocidental. Assim, a incapacidade de esse sistema coibir

práticas ilícitas também se manifesta no seio de um *espaço discursivo* de manutenção da Justiça, que deveria ser matéria-prima à garantia da Ordem Nacional – o próprio Governo.

A compreensão das condições de aparecimento de um enunciado-denúncia, como o utilizado nesse título, passa, portanto, pela leitura de sua discursividade, enquanto fruto do cruzamento entre sua materialidade e um feixe complexo de relações histórico-culturais que se constituem em seu bojo.

Além disso, enquanto componente da estrutura textual de gêneros de natureza jornalística, o título é um convite à imersão nos sentidos advindos de sua existência e do valor de verdade que se constrói, quando ele é correlacionado ao texto que acompanha. Para o nosso percurso analítico, entender a emergência dos *efeitos de verdade* na escrita midiática é de suma relevância, pois estamos diante de discursos que, por serem do domínio jornalístico, podem ser lidos, conforme suas condições de recepção, como um retrato documental e absoluto da história política do Brasil.

Foucault (1979), quando trata dos *efeitos de verdade*, entende-os como a regulamentação de um poder, ressaltando que esse processo difere de cultura para cultura, apesar de que o elemento verdadeiro sempre atua a favor de privilégios ao sistema. No caso específico do *universo discursivo* que resgatamos, o da escrita midiática, a interrogação da emergência desses efeitos se justifica como a interrogação do próprio papel que a mídia desempenha na circulação de fragmentos do real em um contexto de campanhas e disputas eleitorais.

Como documento, a escrita da *Revista Veja*, focalizada neste artigo, denuncia a realização de propaganda antecipada para Dilma Rousseff nos programas exibidos em rede nacional pelo PT como a prática de um crime eleitoral pelo governo. A articulação dessa denúncia se dá pelo resgate de quatro eventos histórico-políticos do Brasil: a) a existência do artigo 45 da Lei 9096 (dos Partidos Políticos), de 19 de setembro de 1995; b) a transmissão do Programa do PT em cadeia nacional, em 13 de maio de 2010; c) a transmissão do Programa do PT em cadeia nacional, em 10 de dezembro de 2009 e d) a sessão de julgamento realizada, em 13 de maio de 2010, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com Navarro (2010, p. 82), “[...] como documento, essa escrita é compreendida como possibilidades construtivas, específicas do contexto em que os acontecimentos tiveram lugar na sociedade”. Portanto, para desfragmentar um pouco as relações, eventos e acontecimentos discursivizados na matéria em análise, procuramos situar o contexto de produção de cada um.

O primeiro evento político mencionado pela matéria ocorreu uma semana antes da publicação da *Veja*: trata-se da exibição de um programa do PT, com duração aproximada de 10 minutos, em rede nacional, no dia 13 de maio de 2010. Segundo a revista, o presidente Lula apareceu nessa transmissão ao lado da pré-candidata Dilma Rousseff na veiculação de “[...] detalhes da biografia da ex-ministra” e na veiculação dela “[...] como a responsável pelo sucesso do governo” e pelas realizações do partido:

Milhões de brasileiros assistiram na semana passada ao programa do PT. Durante dez minutos, foram apresentados detalhes da biografia da ex-ministra Dilma Rousseff, algumas de suas ideias e opiniões. Entremeadado com números sobre as realizações do governo Lula, o programa mostrou também o presidente narrando a emoção que sentiu no dia em que conheceu a ministra. (REVISTA VEJA, 2010, p.72, trecho 1).

No fragmento representado, o substantivo “emoção” sugere ao sujeito político Lula a manifestação de carinho dele para com sua ex-ministra e futura candidata pelo PT, Dilma Rousseff, no programa exibido pelo partido, em maio de 2010, dois meses antes da oficialização da própria campanha e de Dilma como candidata à Presidência – o que contraria o artigo 45 da Lei dos Partidos Políticos. Este proíbe a publicização antecipada de qualquer candidato.

A menção ao programa que, efetivamente, foi ao ar e a relação já conhecida dos eleitores brasileiros, de amizade e confiança, entre os dois sujeitos políticos retratados pela matéria contribui para que o conteúdo midiático seja lido como veiculação de uma informação relevante: a prática de crime político pelo governo em exercício. Somado ao valor de verdade que a prática discursiva midiática pode adquirir pelo acionamento do conhecimento de mundo dos eleitores, o uso da citação aspeada do discurso direto (trecho 2) da fala de Lula, articulado à *corporeidade* (imagem 1) do presidente chorando, publicizada no meio do texto impresso e sem indicação de quando essa imagem foi fotografada são, a nosso ver, recursos altamente expressivos e responsáveis pela produção de *efeito de verdade* à escrita (documental) da Revista Veja, como podemos ver a seguir:

Imagem 1



"E um belo dia, em 2002, entra na minha sala uma mulher com um laptop na mão (...). Quando terminou a reunião, me veio na cabeça a certeza de que eu tinha encontrado a pessoa certa pro lugar certo." (REVISTA VEJA, 2010, p.72, trecho 2).

No trecho 2, como apresentado acima, mantivemos a citação da fala de Lula aspeada, tal qual ela figura na página da revista. Conjugamos, portanto, da visão de Benites (2002, p. 61), para quem o aspeamento nunca é neutro, já que, segundo a autora, “[...] aspear uma palavra é, simultaneamente, mencioná-la e fazer um comentário implícito, emitir um julgamento sobre o que ela representa e sobre a fonte que a utiliza”. No caso em discussão, a citação apresentada na coluna figura como uma *citação de fidelidade* que, segundo Benites (2002), tem a função de romper a homogeneidade da fala (do jornalista) para demarcar a voz do outro (de Lula), autenticando com ela o dizer do jornalista.

Na discursivização de que o programa petista pratica, explícita e impunemente, um crime eleitoral, a matéria recupera o segundo evento ocorrido no mesmo dia em que foram exibidas as cenas questionadas. O Tribunal Superior Eleitoral julgou e condenou o PT pela realização de crime eleitoral através da veiculação, no dia 10 de dezembro de 2009 (terceiro evento), em rede nacional, de um programa político, com duração semelhante ao veiculado em maio e denunciado pela *Veja*, no qual foi constatada a prática de uma propaganda antecipada para Dilma Rousseff, ainda pré-candidata do governo.

O último evento que pode ser recuperado da matéria mantém relação com todos os outros: trata-se do artigo 45 da Lei 9096 (dos Partidos Políticos). Por ele, a justiça brasileira proíbe a realização de propaganda política antecipada. Dessa forma, os programas gratuitos exibidos nacionalmente, antes de oficializada a campanha eleitoral, só podem divulgar mensagens sobre a execução do programa partidário, sobre a posição da legenda em relação a temas político-partidários, entre outros itens.

A demora do tribunal em analisar o caso adiou a punição para 2011 e permitiu que o PT exibisse cenas eleitorais ainda mais explícitas que as condenadas pelo TSE. Ao lado de Dilma, Lula apontou sua candidata como a responsável pelo sucesso do governo e sugeriu que ela é a única capaz de continuar sua obra. O programa foi visto por mais da metade dos brasileiros que estavam com a televisão ligada. (REVISTA VEJA, 2010, p.72, trecho 3).

Na crítica à demora da justiça eleitoral em julgar o programa exibido pelo PT no final de 2009, a matéria recupera o programa que foi ao ar em maio de 2010, sugerindo que, nele, os sujeitos políticos, Lula e Dilma, dividem a cena, um “ao lado do outro”, na veiculação da ideia de que a ex-ministra seja responsável pelo sucesso do governo em exercício. Tudo isso ocorre diante dos olhos do eleitorado brasileiro, já que o programa foi visto por mais da metade dos brasileiros que estavam com a televisão ligada. Além disso, a *corporeidade* inerente a um dos trechos do programa televisivo mencionado (imagem 2) recupera a figura imagética do corpo de Dilma sob os efeitos de uma legenda constituída da frase “saúde, educação e segurança”, três máximas que representam ações políticas muito prometidas em campanhas eleitorais no Brasil.

Imagem 2



Como se pode notar, há uma *corporeidade* das presenças de Lula e Dilma que, mesmo não sendo materializadas imagneticamente como concomitantes no tempo e no espaço em que foram retratadas, contribuem para a produção de sentidos a partir da capacidade de percepção dos sujeitos leitores/eleitores sobre a presença de um e outro (do político/reconhecimento) no acontecimento midiático.

Esse processo contribui para a produção de um efeito documental à escrita da mídia. Como o veículo midiático cria constantemente situações que colocam o corpo (político) em evidência, analisar a *corporeidade* passa, primeiramente, por perceber a dimensão de prova material/evidência que esse corpo assume no contexto de sua publicação na escrita midiática. De acordo com Maffesoli (2000), a ilusão do corpo como forma (como realidade) é uma espécie de ilusão indispensável à manutenção da comunicação humana.

Assim, recuperando fatos e dados do acontecimento político das eleições presidenciais de 2010, resgatando o processo de julgamento a que estava sendo submetido o PT no período e os programas televisivos (tidos como criminosos) exibidos pela legenda, o texto jornalístico da *Revista Veja* se constituiu.

A soma dos eventos resgatados da realidade e incorporados na escrita da revista contribui para a produção de *efeitos de verdade* para os leitores (eleitores) que sabem da ocorrência de todos esses fatos e os veem materializados em um texto que, em princípio, possui natureza informativa. Vale ressaltar que, como analistas de discurso, nosso objetivo ao resgatar esses acontecimentos e relacioná-los à maneira como foram discursivizados não é de jeito algum questionar a veracidade das informações veiculadas pela mídia, mas discutir a forma como esse texto foi construído e levantar os possíveis efeitos de sentido dessa composição na instância da recepção desses discursos.

Em nosso gesto de leitura desse texto, como prática midiática, cruzamos, nos fios discursivos da matéria, o uso de um léxico de denúncia, articulado à citação do discurso direto do presidente (citação de fidelidade à informação veiculada), e somado à corporificação, na mesma página, da imagem dos sujeitos políticos retratados, como uma teia discursiva responsável pela produção de um caráter documental/informativo ao enquadramento midiático de valência negativa ao PT, na *ordem discursiva* da escrita midiática. Segundo essa ordem, o abuso de poder do governo em exercício somado à ineficácia da justiça brasileira são as possíveis causas para o crescimento das intenções de voto da candidata, como se pode ver, no último trecho que ilustramos na sequência:

A prova de que crime eleitoral compensa pode ser vista no comportamento do presidente da República. Nos últimos dois anos, Lula participou de mais de 400 eventos públicos. Dez resultaram em investigação do TSE. Cinco já foram arquivados, três ainda não foram analisados e dois levaram o tribunal a multar o presidente. Nesse período, porém, Dilma deixou de ser uma desconhecida do eleitorado para se tornar uma candidata viável, com quase 30% das intenções de voto. Ou seja, a antecipação da campanha, apesar de criminosa, foi vital para a candidata de Lula. (REVISTA VEJA, 2010, p.73, trecho 4).

Uma das *regularidades discursivas* depreensíveis tanto da leitura do trecho 4 (ou de outros trechos da matéria em análise), quanto da leitura de qualquer edição de nosso *arquivo*, é a produção um efeito de *copresença*, inédito nas campanhas presidenciais brasileiras até esse período. A compreensão desse processo permite observar que houve, durante toda campanha, um enquadramento e um *agendamento* cujos efeitos sugerem a leitura de que os dois sujeitos políticos se mantiveram juntos em todos os eventos, em todos os discursos e em todas as veiculações midiáticas. Mesmo que essa presença concomitante dos dois fosse assegurada apenas pela *copresença* simbólica de um deles e assegurada (e indiscutível) apenas pela *corporeidade* isolada de ambos.

Segundo Le Breton (2011, p. 31), em toda sociedade, “[...] as imagens que tentam reduzir culturalmente o mistério do corpo se sucedem”. Para ele, “[...] uma miríade de imagens insólitas delinea a presença em pontilhado de um objeto fugaz inapreensível e, no entanto, aparentemente incontestável” (p. 31). Se relacionada ao processo vivenciado na disputa eleitoral de 2010, podemos defender “a presença em pontilhado” do presidente Lula como uma espécie de sombra *copresente* e “aparentemente incontestável” em todas as aparições de sua candidata Dilma, de forma que simbolicamente a *copresença* de sua figura política, marcada pela popularidade de seu governo, fosse a única responsável pela visibilidade de sua possível sucessora.

Consideramos relevante, ainda, a disposição das imagens/corpo dos sujeitos descritos que apresenta uma organização específica na matéria veiculada no texto impresso e na mesma matéria hospedada na interface do site da *Veja*. Apesar de os conteúdos verbais serem os mesmos, a escrita se difere, em especial porque a disposição da *corporeidade* do papel é diferente da veiculada pela tela. Como neste artigo nosso objetivo não é a realização de um estudo comparativo entre as esferas impressa e virtual, esboçaremos a diferença mais concreta observada, a título de exemplo. Em trabalho futuro, esse recorte poderá nos proporcionar uma entrada interessante no *arquivo*, sobretudo porque uma análise comparativa desse porte prevê a articulação das condições de produção, de circulação e de recepção da escrita midiática, o que pode implicar na existência de leitores distintos para as duas materialidades.

A seguir, apresentamos, como imagem 3, o quadro imagético *midiatizado* na versão impressa da revista da editora Abril:

Imagem 3



Já na imagem 4, podemos visualizar o “mesmo” quadro imagético, da forma como foi articulado na *interface* (MANOVICH, 2001) do site da revista:

Imagem 4



Fotos: Pedro Ladeira/Folha Imagem/Folhapress e Sérgio Lima/Folha Imagem/Folhapress (REVISTA VEJA, 2010b)

Na imagem 4, a primeira fotografia apresentada é a do Ministro Marco Aurélio em um gesto de represália ao crime eleitoral que foi identificado e julgado pelo TSE na ocasião. Ao lado dele, apresenta-se uma fotografia de Dilma, já discutida aqui. Trajando

a cor do PT em um “modelito” feminino, a presidenciável é retratada pelo resgate a uma das cenas do programa questionado pela matéria. Na terceira fotografia, cuja informação contextual não se tem acesso, como já apontado anteriormente, o presidente Lula é exibido em gestos que denotam um estado de emoção. Na sequência do quadro, aparece o conteúdo da legenda:

PROPAGANDA SEM LIMITES. ‘Jamais me defrontei com algo tão escancarado’, disse Marco Aurélio (*à esq.*) sobre o programa do PT em que o TSE viu crime eleitoral na propaganda antecipada de Dilma’, vem reforçar o direcionamento argumentativo de todo esse texto jornalístico que se coloca como porta-voz de uma denúncia cujo tema é de interesse e importância nacional. (REVISTA VEJA, 2010b)

No texto impresso (imagem 3), no entanto, a fotografia de Dilma ocupa o centro superior de duas páginas e é seguida, na parte inferior, pelas fotos lado a lado do ministro e de Lula, com o detalhe de que a legenda encontra localizada apenas sobre a foto do presidente, no canto direito da imagem. No bojo dessa diferença, poderíamos indagar, por exemplo, a emergência de “cibercorpos” que, ampliados, modificados, virtualizados, circulam nas *interfaces* do ciberespaço da era tecnológica, mas essa é uma questão de outra ordem, que pretendemos focalizar em pesquisas futuras.

4. FINALIZANDO: ALGUMAS ESPECULAÇÕES:

A partir das especificidades do pleito presidencial de 2010 no Brasil, propusemos neste texto algumas formas de apreender, do ponto de vista discursivo, o conjunto de discursos que circularam na mídia impressa acerca do sujeito/corpo de Dilma Rousseff. Nesse percurso, requisitamos os dispositivos teóricos e analíticos da AD francesa e os adaptamos acorde às necessidades requisitadas por nosso objeto.

Da construção do *arquivo*, sugerimos a formulação de nosso *corpus* de análise pelo acionamento de algumas categorias essenciais à leitura e à interpretação do corpo político, que atua como elemento fundamental na produção de sentidos oriundos da cobertura das eleições presidenciais nas páginas em que circula.

A nossa interrogação da *escrita da história* política do país, que advém das *práticas midiáticas*, à luz principalmente dos pressupostos foucaultianos, ainda está em fase inicial. Justifica-se esta categorização, uma vez que para assumir o método arqueogenealógico de Foucault (2010a), como cerne dos movimentos analíticos em desenvolvimento, ainda, precisamos, na esteira da discussão que propõem Voss e Navarro (2011), criar condições para que os conceitos do filósofo francês adquiram o alcance necessário à sua aplicação em domínios para os quais eles não foram necessariamente articulados na grande obra teórico-metodológica empreendida em sua proposta.

Na condição de pesquisa em fase inicial, por enquanto, podemos tomar como conclusão que é emergente uma (re)concepção do corpo político (a compreensão da *corporeidade* é apenas uma das formas possíveis) para que se possa estabelecer dispositivos de leitura da corporificação em que se materializa. A relevância da criação de dispositivos que permitam um mergulho efetivo na discursividade imagética dos corpos advém, principalmente, da possibilidade de eles contribuírem para a desestabilização dos efeitos de sentidos produzidos no interior das *tramas* que *mediatizam* ou espetacularizam a política (e os sujeitos políticos).

Em nosso exercício analítico, realizado a partir do texto da Revista Veja, propusemos a compreensão da *corporeidade* política como uma representação/simulação não-física e imaterial do corpo humano, como uma categoria de análise dessa discursivização corpórea. Através dela, pudemos esquadrihar o surgimento e a denúncia de um efeito de *copresença* de Lula/Dilma por parte da campanha presidencial. Em um adentramento maior em nosso *corpus*, poderemos, quem sabe, pontuar esse efeito como regular em toda a campanha ao passo que o mesmo movimento pode, talvez, explicar alguns sentidos inerentes à exibição do par corpóreo FHC/Serra na *Formação Discursiva* da oposição, tal qual ela foi engendrada nos “ditos e escritos”⁶ da mesma mídia que focalizamos.

5. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A. Agendamento da Política. In. RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador: Edufa, 2004, p. 310-345.
- BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias** / Patrick Charaudeau; tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- COURTINE, J. J. **Metamorfoses do discurso político** – derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **A arqueologia do saber** / Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- _____. **A ordem do discurso**; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 20ª ed., 2010b.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In.: FERNANDES, C.; SANTOS, J. B. C. (Org.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19-42.
- JORNAL NACIONAL (09/08/2010). **Entrevista com candidata Dilma Rousseff** (Parte 1). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7xB4i7oDvCU>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- _____(09/08/2010). **Entrevista com candidata Dilma Rousseff** (Parte 2). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gae1IN0xFSk&feature=related>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MAFFESOLI, M. As máscaras do corpo. São Paulo: **Casper Líbero**, 2000.
- _____. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁶ Uso da expressão que nomeia uma coleção, publicada pela Editora Forense Universitária, de textos, entrevistas e conferências de Michel Foucault.

- _____. **A contemplação do mundo**. – Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MANOVICH, L. **The Language of New Media**. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. Cap. I, II, IV e V.
- NAVARRO, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (org). **A (des) ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p.79-93.
- NAVARRO, B. Análise do Discurso ao lado da língua, da imagem e da história. In: BARONAS, R. L.; MIOTELLO, V. **Análise de discurso: teorizações e métodos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 135-159.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** [1975]. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufa, 2004, p. 310- 345.
- REVISTA VEJA. São Paulo: ABRIL, Ano 43, nº 20, 19 de maio 2010a.
- _____(19/05/2010b). **Propaganda sem limites**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/190510/barbas-justica-p-072.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- RUBIM, A. A. C. **Espetáculo, política e mídia**. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. 2002.
- SANTOS, E. M; ROMUALDO, E. C. Midiatização e espetacularização: os entornos da mídia na campanha eleitoral de Lula em 2002. In: POSSENTI, S.; PASSETTI, M. C. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mídia e política**. Maringá: Eduem, 2010, p. 123-148.
- SANTOS, E. M; ROMUALDO, E. C. O “Sapo Barbudo” e o “Lulinha paz e amor”: as identidades de Lula construídas pela mídia na campanha de 2002. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem 2012, p. 135-160.
- VOSS, J.; NAVARRO, P. Sobre o conceito de formação discursiva em Foucault e o tratamento de objetos da mídia. In: POSSENTI, S.; BENITES, S. A. L. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas**. São Carlos: Pedro & João editores, 2011, p. 53-81.

AS TRADUÇÕES DE ALDRICH E DE JOHNSON FEITAS POR PESSOA

Doutoranda Juliana Cunha Menezes (PUC-Rio)¹

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir as traduções de um epigrama de Henry Aldrich e de um dístico de Samuel Johnson, ambas feitas por Fernando Pessoa. Para atingir tal objetivo, a metodologia de pesquisa de Paulo Britto é utilizada, e ela visa identificar as características poeticamente significativas do texto poético; atribuir uma prioridade a cada característica, dependendo da maior ou menor contribuição por ela dada ao efeito estético total do poema, e ainda se propõe a verificar, nas traduções, se foram recriadas as características tidas como as mais significativas das que podem efetivamente ser recriadas.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução de poesia. Fernando Pessoa. Prosódia poética comparada.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the translations of an epigram by Henry Aldrich and a distich by Samuel Johnson, both made by Fernando Pessoa. In order to reach this goal, Paulo Britto's research methodology is used, and its aim to identify the characteristics of the original poem which are poetically significant; to assign a priority to each characteristic, depending on its higher or lower contribution to the total aesthetic effect of the poem, and to verify whether the translator was able to re-create the characteristics considered the most significant among the ones which can effectively be re-created.

KEYWORDS: Poetry translation; Fernando Pessoa; Comparative poetic prosody.

1. INTRODUÇÃO

A tradução poética pode ser considerada um trabalho complexo. Segundo Britto,

Temos consciência de que o texto poético trabalha com a linguagem em todos os seus níveis – semânticos, sintáticos, fonéticos, rítmicos, entre outros. Idealmente, o poema deve articular todos esses níveis, ou pelo menos vários deles, no sentido de chegar a um determinado conjunto harmônico de efeitos poéticos. A tarefa do tradutor de poesia será, pois, a de recriar, utilizando os recursos da língua-meta, os efeitos de sentido e forma do original - ou, ao menos, uma boa parte deles. (BRITTO, 2002: 54)

Devido a essas características da poesia, muitos autores acreditam que a tradução poética é impossível:

Um poema lírico é um ser vivo, de uma vida furtiva que reside no arranjo das palavras; não se transporta essa vida para um corpo estranho. Eu lia uma tradução russa muito exata e aceitável das *Noites* de Musset, e ela me dava o mesmo prazer que pode produzir o cadáver de uma bela criatura. A Alma tinha desertado, o aroma que constitui todo o valor dessas sílabas evaporara-se. (VOGÛE *apud* LARANJEIRA, 1993: 25)

¹ Bolsista CAPES

O poeta-tradutor Paulo Britto discorda dessa visão, pois, para ele, não há a “tradução poética perfeita”, porém, “[...] o tradutor brasileiro deve tentar [...] proporcionar ao leitor lusófono a experiência mais próxima possível de ler Proust em francês ou Shakespeare em inglês ou Goethe em alemão [...]” (BRITTO, 2012:45). Britto acredita não somente na possibilidade de traduzirmos poemas, como também em análise minimamente objetivas das traduções poéticas. Para explicar melhor seu ponto de vista, Britto, em um de seus artigos, cita argumentos de Arrojo acerca de duas traduções distintas de um poema de Donne:

a tradução de um poema e a avaliação dessa tradução não poderão realizar-se fora de um ponto de vista, ou de uma perspectiva, ou sem a mediação de uma “interpretação”. Portanto, a tradução de um poema, ou de qualquer outro texto, inevitavelmente, será fiel à visão que o tradutor tem desse poema e, também, aos objetivos de sua tradução. [...] Tanto Paulo Vizioli quanto Augusto de Campos são “fiéis” às suas concepções teóricas acerca de tradução e acerca da poesia de Donne, e, nesse sentido, tanto as traduções de um como de outro, são legítimas e competentes. Inevitavelmente, as traduções de cada um deles agradarão aos leitores que, consciente ou inconscientemente, compartilharem de seus pressupostos, e desagradarão àqueles que, como Ascher, já foram seduzidos por pressupostos diferentes. (ARROJO, 1993: 24-25 *apud* BRITTO, 2006b: 239).

Britto discorda dessa visão de Arrojo:

A alternativa que proponho é esta: ainda que não haja um consenso absoluto, e ainda que cada um de nós faça seus próprios julgamentos com base em seus próprios pressupostos, é possível utilizar o discurso racional para fazer avaliações e tecer considerações em torno de traduções, fazendo referência a certas propriedades dos textos traduzidos com relação às quais há um certo grau de acordo entre um bom número de pessoas envolvidas nas atividades de traduzir. Dadas duas traduções de um mesmo texto, A e B, cotejem-se A e B com o original e uma com a outra, linha a linha, sílaba a sílaba, examinando e pesando as diferenças, para se chegar a uma conclusão baseada em fatos (não em impressões subjetivas e conceitos vagos, do tipo “A flui mais que B” ou “A capta melhor o espírito do original que B”) e expressa em argumentos lógicos (não, por exemplo, em trocadilhos). (BRITTO, 2006b: 252)

Sob esse ponto de vista, Britto desenvolveu uma metodologia de pesquisa para análises minimamente objetivas de traduções poéticas. Tal metodologia, adotada no presente trabalho, está presente em Britto (2002, 2004, 2006a, 2006b, 2006c, 2008a, 2008b). Segundo esse poeta-tradutor, sua metodologia prevê: identificar as características poeticamente significativas do texto poético; atribuir uma prioridade a cada característica, dependendo da maior ou menor contribuição por ela dada ao efeito estético total do poema; e verificar, nas traduções, se foram recriadas as características tidas como as mais significativas das que podem efetivamente ser recriadas — ou seja, verificar se foram encontradas correspondências para elas. Tal metodologia é utilizada no presente trabalho a fim de analisarmos mais objetivamente os estudos de caso aqui propostos. Os dois estudos de caso escolhidos são os epigramas de Aldrich e de Johnson e suas respectivas traduções feitas por Pessoa. Para essas análises, levo em conta os níveis rítmico, rimático e semântico-lexical dos dois originais e das duas traduções. Dessa forma, verifico se Pessoa foi capaz de reproduzir os aspectos mais relevantes desses níveis presentes nos poemas originais.

2. FIDELIDADE NA TRADUÇÃO

Tradutores são criticados frequentemente, acusados de serem “infieis” à língua e cultura de partida. Partindo disso, então, o que seria a fidelidade na tradução? Nessa prática, alguns autores acreditam que o tradutor precisa buscar um equilíbrio entre ser fiel ao texto original e à língua e cultura-alvo. Acerca disso, Berman argumenta que

‘Traduzir’, escrevia Franz Rosenzweig, ‘é servir a dois senhores’. Tal é a metáfora ancilar. Trata-se de servir à obra, ao autor, à língua estrangeira (primeiro senhor) e de servir ao público e à língua própria (segundo senhor). Aqui surge o que se pode chamar de drama do tradutor. (BERMAN, 2002:15).

Para Berman (2002), tal equilíbrio seria o ideal. Porém, há tradutores que privilegiam muito mais um “senhor” ao outro. Alguns tendem a ficar muito “presos” ao texto original, tornando sua tradução artificial. Segundo Berman (2002:15): “Ao escolher por padrão absoluto o autor, a obra e a língua estrangeira, ambicionando ditá-los em sua pura estranheza a seu próprio espaço cultural, ele se arrisca a surgir como um estrangeiro, um traidor aos olhos dos seus”. Para o poeta-tradutor Paulo Britto,

[...]uma tradução radicalmente estrangeirizadora, que mantivesse a sintaxe do idioma-fonte e cunhasse um novo termo cada vez que não fosse encontrada uma palavra que traduzisse com exatidão um termo do original, provavelmente se tornaria ilegível, como essas traduções automáticas que fazemos através de *sites* da internet. (BRITTO, 2012: 62)

Em contrapartida, há também aqueles profissionais que fazem diversas alterações inadequadas na hora de traduzir, resultando num trabalho final que não transmite adequadamente as ideias do texto original. De acordo com Berman,

Ao contentar-se, por outro lado, em adaptar convencionalmente a obra estrangeira - Shleiermacher dizia: ‘levar o autor ao leitor’-, o tradutor terá certamente satisfeito a parte menos exigente do público, mas ele terá irremediavelmente traído a obra estrangeira e, é claro, a própria essência do traduzir. (BERMAN, 2002:16)

Mesmo tendo o tradutor a missão de reescrever um texto que possa ser bem entendido na língua-alvo, isso não lhe dá o direito de manipular o texto de tal modo que a tradução se transforme em um texto que não corresponda mais ao original. Para Britto (2012:62), tal texto não poderia mais ser considerado uma tradução, e sim uma adaptação: “[...] se na minha tradução de um romance inglês do século XVIII eu transplantar a ação para o Brasil de agora, serei obrigado a fazer tantas mudanças que o texto resultante será uma outra obra, uma adaptação.”

Acerca da questão de adotarmos uma estratégia estrangeirizante ou domesticadora em tradução, Britto (2012:64-65) argumenta que “temos uma situação em que uma solução intermediária terá de ser adotada pelo tradutor, após um exame cuidadoso dos diferentes fatores relevantes.” Desse modo, podemos observar que as visões de Berman e Britto se aproximam.

Uma questão que envolve esse equilíbrio entre a fidelidade a um “senhor” e a outro é a *perda* na tradução. Segundo alguns autores, a fim de mantermos essa dupla fidelidade, a tradução pode abrir mão de certos aspectos do texto original,

dando lugar a outros que sejam mais facilmente compreendidos pelos leitores da língua-alvo. Desse modo, muitas vezes, ocorre perda em relação às ideias expressas pelo original, que pode ser compensada com ganhos em outros pontos. Para Sette, tais ganhos podem melhorar uma obra:

Contudo, ao se fixar na perda, o tradutor fica aprisionado ao universo do ego ideal, deixando de ver que a tradução também envolve ganhos, a começar pela suplementar difusão da obra, além das transformações inevitavelmente operadas, as quais, como se sabe, não raro engrandecem aquela. (SETTE, 2003:1)

Para o poeta-tradutor Paulo Britto (2002: 65-66), a fidelidade em tradução poética pode ser definida da seguinte forma: “quanto maior a correspondência ponto a ponto entre os componentes de um dado elemento do original e os componentes de sua contraparte na tradução, menor terá sido a perda” (BRITTO, 2002: 65-66). Portanto, quanto menor a perda, maior será a fidelidade.

Ainda, de acordo com Britto (2012: 37), “A fidelidade absoluta é uma meta perfeitamente válida, ainda que saibamos muito bem que, como todos os absolutos, ela jamais será atingida.” Segundo esse autor, o tradutor poético deve ter em mente que

A tradução de um poema não é, em nenhum sentido estrito do termo, equivalente ao original; o máximo que se pode exigir de um poema traduzido é que ele capte algumas das características reconhecidas como importantes do poema original, e que ele seja lido como um poema na língua-meta. (BRITTO, 2006c: 3).

Em relação à noção de fidelidade em tradução poética, ainda podemos citar um comentário de Barroso acerca de suas traduções de Rimbaud:

Eu queria fazer todos os poemas como se fosse – é uma pretensão, naturalmente – como se fosse o Rimbaud escrevendo em português. E se – eu digo aqui – se eu obtive 10% desse resultado, ou seja, se 10% disso aqui seria o que o Rimbaud escreveria em português, eu estou mais que satisfeito com o resultado. (BARROSO, 1995: 30)

Tanto para Britto quanto para Barroso, a tradução poética é uma atividade que implica perdas e, por isso, jamais atingirá a perfeição. No entanto, ela não deixa de ser uma prática válida, que pode gerar produtos de qualidade.

3. ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO 1: ALDRICH E PESSOA

3.1. NÍVEIS RÍTMICO E RIMÁTICO: ALDRICH E PESSOA

- / | - / | - / | - / |
If all be true that I do think, a
- / | / / | - / | - / |
There are five reasons we should drink: a
/ / | - / | - / | - / |
Good wine - a friend - or being dry – b
- / | / - / / | - / |
Or lest we should be by and by – b
- / | - / | - / | - / |
Or any other reason why. b

- - / - - - / -	
Comentário comezinho:	a 3-7
/ - - / \ - / -	
Para razão basta o vinho.	a 1-4-(5)-7
/ - / - - - /	
Creio que há para beber	b 1-3-7
/ - - / - / - /	
Cinco razões, e que elas são:	c 1-4-6-8
- / - - / - /	
Um brinde, um amigo, haver	b 2-5-7
/ - - / \ - /	
Sede, ou poder vi-la a ter,	b 1-4-(5)-7.
- - / \ - - /	
Ou qualquer outra razão.	c 3-(4) -7

O poema original encontra-se em Saraiva (1999: 202), e a tradução, em Saraiva (1999: 203).

Para tecer os comentários seguintes sobre o ritmo do original, é utilizada a terminologia de Abrams *et al* (1974) e, para a tradução, a terminologia de Chociay (1974).²

Podemos observar que o ritmo do original é predominantemente jâmbico. O poema de Aldrich apresenta apenas três espondeus (em amarelo), distribuídos entre os segundo, terceiro e quarto versos. A tradução de Pessoa, apesar de ter mais variações, também tende ao ritmo jâmbico.

Em relação às rimas, o esquema rimático da tradução: *aabcbbc* difere um pouco daquele do original: *aabbb*. Pessoa acrescenta dois versos e, assim, também acrescenta uma rima. Todas as rimas de ambos os poemas são completas.

De modo geral, o número de sílabas de cada verso do original é maior (oito) que na tradução (sete), com exceção do quarto verso de Pessoa (oito sílabas).

3.2. NÍVEL SEMÂNTICO-LEXICAL: ALDRICH E PESSOA

*If all be true that I do think,
There are five reasons we should drink:
Good wine - a friend - or being dry –
Or lest we should be by and by –
Or any other reason why.*

Comentário comezinho:

Para razão basta o vinho.
Creio que há para beber
Cinco razões, e que elas são:
Um brinde, um amigo, haver
Sede, ou poder vi-la a ter,
Ou qualquer outra razão

² A mesma terminologia foi utilizada para o dístico de Johnson e sua tradução.

Legenda:

OMISSÃO

ACRÉSCIMO

DUPLICAÇÃO

DESDOBRAMENTO

No primeiro verso da tradução, temos a omissão de “*If all be true that*” (*Se tudo for verdade que*³). Há o acréscimo do primeiro verso todo da tradução “Comentário comezinho”. Ainda, há acréscimo no segundo verso de “Para” e “basta o”.

Temos a duplicação da ideia de “reasons”, do segundo verso do original, nos segundo e quarto versos da tradução - “razão” e “razões”, respectivamente.

Também temos a omissão de “*Good*” (*Bom*), do terceiro verso do original, e a duplicação da ideia de “wine” no segundo verso da tradução (“vinho”) e no quinto, “Um brinde”. Ainda nesse verso, temos o desdobramento da ideia de “*being dry*” no quinto e no sexto verso da tradução: “haver / sede”.

No quarto verso da tradução, há o acréscimo de “e que elas são”.

Podemos notar que as alterações feitas por Pessoa – omissão, acréscimo, duplicação e desdobramento – visavam, de modo geral, formar rimas. Tais modificações não alteraram as ideias mais importantes expressas pelo original. Podemos assinalar também que a atmosfera satírica do original se mantém na tradução.

4. ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO 2: JOHNSON E PESSOA

4.1. NÍVEIS RÍTMICO E RIMÁTICO: JOHNSON E PESSOA

THE TRAVELLER

/.../		
- / - / - / - / - /		
<i>How small, of all that human hearts endure,</i>	<i>a</i>	
- / - / - / - / - /		
<i>That part which laws or kings can use or cure.</i>	<i>a</i>	
/.../		
- / - - \ / -		
Quão pouco, de quanto a alma	<i>x</i>	2-(5)-6
- / \ - - - /		
Aqui tem que suportar,	<i>a</i>	2-(3)-7
- / - - / - /		
A parte que leis ou reis	<i>x</i>	2-5-7
/ - - / - - /		
Podem causar ou curar!	<i>a</i>	1-4-7

O dístico original encontra-se em Saraiva (1999: 206) e, a tradução, em Saraiva (1999: 207).

³ As traduções que se encontram entre parênteses e em itálico são da autora deste artigo.

Podemos observar que o ritmo do original é jâmbico. Na tradução de Pessoa, o ritmo também é predominantemente jâmbico.

Acerca das rimas, o esquema rimático da tradução: *xaxa* difere um pouco daquele do original: *aa*. Pessoa acrescenta dois versos, mas não acrescenta mais uma rima. Desse modo, ele mantém o número de rimas do original: uma. A rima *a* de ambos é completa.

Cada verso do original tem dez sílabas. Na tradução, temos os três últimos versos com sete sílabas cada, e o primeiro com seis sílabas.

4.2. NÍVEL SEMÂNTICO-LEXICAL: JOHNSON E PESSOA

/.../

*How small, of all that human hearts endure,
That part which laws or kings can cause or cure.*

/.../

Quão pouco, de quanto a alma
Aqui tem que suportar,
A parte que leis ou reis
Podem causar ou curar!

Legenda:

DESDOBRAMENTO

As ideias do primeiro verso do original são desdobradas nos dois primeiros da tradução; e as do segundo verso do original, nos dois últimos versos da tradução.

Podemos observar que os desdobramentos realizados por Pessoa não alteraram as ideias principais expressas pelo original; a atmosfera política do original é mantida na tradução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises de ambas as traduções de Pessoa, e levando em conta as visões de Britto acerca da fidelidade, e aquelas que se aproximam das dele, podemos dizer que as traduções em questão são, de modo geral, fieis aos originais. Podemos observar também que Pessoa parece ter optado por uma solução intermediária entre uma tradução estrangeirizante e uma tradução domesticadora.

Em ambos os casos, não notamos uma tentativa de Pessoa em manter o mesmo número de versos ou o mesmo esquema rimático do original. No entanto, essas alterações não modificam as ideias mais importantes expressas por Aldrich e Johnson.

Podemos notar que Pessoa priorizou conservar o ritmo (jâmbico, em ambos os casos) e os aspectos mais relevantes do nível semântico-lexical presentes nos originais.

Ao lermos essas duas traduções pessoanas podemos dizer que lemos os originais, mesmo sabendo que, segundo Britto (2012:55), “estritamente falando, isso não é verdade”. Pessoa não foi capaz de reproduzir todos os aspectos dos originais em suas traduções, pois isso seria impossível; no entanto, ele consegue produzir poemas de qualidade que são bem próximos dos originais.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMS et al. "Poetic forms and literary terminology". In **The Norton anthology of English Literature**. Nova York: Norton, 1974.
- BERMAN, Antoine. "A prova do estrangeiro". Trad. Maria Emília Pereira Chanut. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 11-25.
- BARROSO, Ivo. "*RANGE REDE* entrevista Ivo Barroso". **Range Rede – Revista de Literatura**, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, p. 25-39, 1995.
- BRITTO, Paulo H. "Para uma avaliação mais objetiva das traduções de poesia". In KRAUSE, Gustavo Bernardo. **As margens da tradução**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- _____. "Augusto de Campos como tradutor". In Süssekind, Flora, e Guimarães, Júlio Castañon (orgs.). **Sobre Augusto de Campos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa / 7 Letras, 2004.
- _____. "Correspondências estruturais em tradução poética". **Cadernos de Literatura em Tradução** 7, 2006 a, p. 53–69.
- _____. "Fidelidade em tradução poética: o caso Donne". **Terceira Margem X** (15), julho-dezembro, 2006b, p. 239–254.
- _____. "Correspondência formal e funcional e tradução poética". In Souza, Marcelo Paiva de, et al. **Sob o signo de Babel: literatura e poéticas da tradução**. Vitória: PPGL/MEL / Flor&Cultura, 2006c.
- _____. "Padrão e desvio no pentâmetro jâmbico inglês: um problema para a tradução". In Guerini, Andréia et al. (orgs.), **Literatura traduzida e literatura nacional**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008 a.
- _____. "A tradução para o português do metro de balada inglês". **Fragmentos**, nº 34, jan-jun, 2008b, p. 25-33.
- _____. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CHOCIAY, Rogério. "Receita e realização dos versos", "Andamento dos versos" e "Tipologia dos versos". In **Teoria do verso**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974.
- LARANJEIRA, Mário. **Poética da tradução**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SARAIVA, Arnaldo. **Fernando Pessoa: Tradutor de Poetas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SETTE, Maria de Lourdes. "Nem autor, nem co-autor. Tradutor." Em **Atas da I Semana de Estudos Lingüísticos e Literários da Faculdade da Região dos Lagos**. Faculdade da Região dos Lagos. Organizada por Cláudio de Sá Capuano, Cabo Frio, RJ, 2003.

A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O ENSINO DE
EMPREENDEDORISMO EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA UNIDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Flávia Maria da Silva*(UTFPR – Londrina)
Dr. David da Silva Pereira** (UTFPR – Londrina)
Dr. Jair de Oliveira *** (UTFPR – Londrina)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo compreender a contribuição do ensino de empreendedorismo em uma unidade socioeducativa no Estado do Paraná. A questão principal de investigação foi “Como o ensino de empreendedorismo é trabalhado em unidade socioeducativa como uma ferramenta de inclusão do menor infrator no meio social?”. Esta questão é relevante, pois servirá de base para análise de como o processo de ensino pode ser melhorado. Para tanto, foram empregados como instrumentos metodológicos, pesquisa bibliográfica, entrevista e descrição dos dados obtidos. O Ponto de partida são as concepções da legislação vigente, que focalizam os direitos humanos destes menores. Espera-se oferecer uma contribuição de identificar o cenário atual do ensino em unidades socioeducativas para poder definir posteriormente propostas de melhoria e alternativas metodológicas para este.

Palavras – Chave: Ensino. Empreendedorismo. Direitos Humanos. Socioeducação. Inclusão Social.

ABSTRACT: This work aims to understand the contribution of entrepreneurship education in a socio-educational facility in the State of Paraná. The main research question was "How the teaching of entrepreneurship is fostered socio unit as a tool for inclusion of the juvenile offender in the social environment?" This question is relevant because it will serve as a basis for analysis of the teaching process can be improved and how the institution minister such content. For both, were used as methodological tools, literature research , interview and description of the data obtained . The starting point are the conceptions of the current legislation, which focus on the human rights of these minors. I hope to offer a contribution to identify the current scenario of education in socio-educational units to be able to further define improvement proposals and methodological alternatives for this.

Key-Words: Education. Entrepreneurship. Human Rights.Socioeducation. Social Inclusion

INTRODUÇÃO

*Flávia Maria da Silva, Licenciada em Letras e Inglês (UENP), Bacharel em Administração de Empresas e Administração Rural, Especialista em Recursos Humanos, Gestão de Pessoas e Competências, (UNIFIL), Mestranda em Ensino de Ciências Sociais ou da Natureza ou Humanas (PPGEN – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus de Londrina - UTFPR-LD), Londrina/PR, flavia.andira@gmail.com

**David da Silva Pereira – Doutor em Ciência Política (UNICAMP), Docente e Pesquisador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Cornélio Procópio/PR, Curso de Licenciatura em Matemática do Departamento de Matemática da UTFPR-CP e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus de Londrina/PR – UTFPR-LD, davidpereira@utfpr.edu.br .

***Jair de Oliveira - Doutor em Engenharia (Engenharia de Produção) pela Universidade de São Paulo (2010). Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Sociais, Humanas e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Londrina. jair37@gmail.com

Atualmente o empreendedorismo tem sido defendido como uma forma de possibilitar que menores infratores que passaram por cumprimento de medidas socioeducativas possam ser inseridos no meio social com todos os seus direitos humanos garantidos. Este estudo teve como objeto de pesquisa uma unidade socioeducativa localizada no norte do Estado do Paraná, que atende menores infratores que foram submetidos a medidas socioeducativas.

Justifica a necessidade deste estudo, pela importância de saber como os professores trabalham com estes menores o ensino de empreendedorismo, de forma que este proporcione bons resultados na formação dos mesmos. O Objetivo geral desta investigação é identificar se o ensino proporcionado atualmente a estes menores é oferecido de forma a promover a inserção social do menor infrator em cumprimento de medidas socioeducativas.

Identifica-se uma importante relação entre os Direitos Humanos, a Educação em ambientes socioeducativos, e o empreendedorismo como uma ferramenta que possibilita que os menores infratores possam ter todos os seus direitos preservados. Esta pesquisa efetuará um levantamento relacionando os temas acima de forma a intender o atual processo ensino em uma unidade socioeducativa no Estado do Paraná.

Para buscar responder ao questionamento desta pesquisa que é “Como é oferecido o ensino de empreendedorismo nesta unidade?”, utiliza-se as concepções de diversos teóricos sociais tais como Dutercq, Zantem, Nóvoa e os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. A metodologia utilizada para elaboração desta pesquisa consiste em pesquisa bibliográfica, entrevista e descrição dos dados obtidos.

2 OS DIREITOS HUMANOS E O MENOR INFRATOR.

O Parecer CNE/CP 08/2012 versa sobre as diretrizes para a educação em direitos humanos, a dignidade humana deve ser universalizada e a educação deve ser entendida como uma ferramenta essencial para o acesso ao legado histórico dos direitos humanos, e este é um legado para o desenvolvimento e mudança social que tanto espera-se atualmente. A pobreza, as desigualdades sociais, as discriminações dentre tantas outras formas de discriminação são grandes violações da sociedade brasileira, que representam uma violência a pessoa humana, e está presente em todas as áreas inclusive na educacional. Educadores se veem então, perante um cenário que viola os direitos humanos básicos inclusive o direito a educação de qualidade.

O referido parecer ressalta que a Educação em direitos humanos destina-se a formar crianças, jovens e adultos que participem ativamente na vida democrática e saibam exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade, respeitando os direitos de todos os demais indivíduos. Mediante a preocupação de uma educação formadora e capaz de transformar a sociedade brasileira em uma sociedade mais justa e igualitária, a Educação em Direitos Humanos representa uma alternativa de mudança social, e neste contexto os educadores possuem um papel muito importante para sua consolidação, pois todas as pessoas independente de sexo, origem, condições econômicas, sociais, culturais, credo, orientação sexual, faixa etária ou pessoas com deficiência tem a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática. Aos educadores durante o processo de escolarização, cabe a responsabilidade de envidar esforços para quebrar este paradigma construído historicamente, que atualmente permeia as relações sociais tornando os direitos humanos um tema recorrente e promova a discussão sobre a importância de romper com estas contradições em todos os agentes públicos e na sociedade.

Embora, muitas leis estejam em vigor e garantindo que tais direitos sejam respeitados, uma classe da sociedade merece atenção especial, os menores privados de liberdade cumprindo medidas socioeducativas em unidades espalhadas pelo país. Conforme consta no art. 205 da Constituição Federal, é preciso reafirmar que a educação é um direito de todos, e os responsáveis pelo cumprimento deste direito são o Estado e a família, contando com uma participação efetiva da sociedade para que a pessoa se desenvolva, e exerça sua cidadania e tenha preparo para o trabalho. Desta forma, evidencia-se que todos tem direito a educação independente do contexto social em que esteja inserido, neste sentido os menores infratores embora privados de sua liberdade, devem ter assegurados seu direito para que possam ter as mesmas possibilidades que qualquer indivíduo em situação mais favorável.

O Estatuto da Criança e do adolescente (2012) estabelece direito a profissionalização e proteção ao trabalho, em seu art. 6, ao defender que os programas sociais que tenham por base o trabalho educativo, deverá assegurar ao adolescente condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada, mas ressalta que menores que quatorze anos não podem trabalhar, assim como versa a Constituição Federal. Porém, o que se defende aqui não é o incentivo ao trabalho, porém uma educação formadora para o trabalho, que principalmente em cenários como deste estudo, seja uma forma de possibilitar oportunidades aos menores.

O Estatuto ainda versa sobre o direito a profissionalização, em seu art. 69, ao apresentar que o adolescente tem direito a profissionalização e capacitação adequada ao mercado de trabalho.

2.1 A EDUCAÇÃO PARA MENORES EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS.

A perspectiva que se vê a educação atualmente, leva a uma reflexão sobre o momento de crise que a mesma enfrenta. A educação está em crise, isto é um fato, mas como chegou-se a este estágio? Quais os rumos para a educação formadora de seres humanos éticos e que exercem seus papéis de cidadãos? Tais questionamentos foram e estão sendo discutidos ao longo dos tempos, e o fato é que ainda não chegou-se a um consenso, e a corrente mais evidente pede a reforma da educação.

Reboul apud Nóvoa (2013) faz uma importante observação sobre o estado atual da educação:

Nossa civilização está em crise. E o sinal mais convincente é sem dúvida a falência da nossa educação. Pela primeira vez na história talvez, o homem se reconhece incapaz de educar seus filhos. Nossas prodigiosas descobertas da psicologia, nossas iniciativas pedagógicas, muitas vezes tão interessante e generosas, não podem evitar esta constatação de fracasso, elas fazem com que o fracasso pareça ainda mais escandaloso. [...] Pode ser que essa deserdem seja, na verdade, uma passagem para uma ordem superior, que essa destruição preceda uma criação. Pode ser mas nada sabemos. Não temos outro recurso senão fazer um julgamento lúcido sobre aquilo que é. (REBOULD, apud NÓVOA 2013, p. 217)

A menção feita pelo autor acima, permite inferir que a solução seria aguardar o momento de transição, para depois usufruir-se de uma ordem superior, mas o que se vê no momento é o verdadeiro caos na educação, e o fato de ter que existir unidades de socioeducação, significa que todas as outras formas de educação falharam, a família, o estado, a escola. E agora, com um esforço substancialmente maior, com um dispêndio

monetário na escala de 6 para 1 em relação ao investido por aluno em escolas normais, o estado tenta com altos e baixos recuperar estes menores, fazer com que seus direitos sejam garantido, porém o que se vê na prática são menores que entram em unidades socioeducativas, na maioria das vezes com 3 incidências por passagens, e nenhuma garantia de um futuro promissor e muito menos de ser inserido e aceito pela sociedade.

Minayo(2013) ao falar sobre o desafio das pesquisas sociais, aponta que:

Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério da verdade. No entanto continuamos a fazer perguntas e a buscar soluções. Para problemas essenciais como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas. (MINAYO, 2013, p. 9)

E estas respostas podem demorar muito a aparecer, entretanto a ciência da educação pode ser uma alternativa para solucionar os problemas mencionados acima. No Brasil, o SISTEMA NACIONAL DE SOCIOEDUCAÇÃO - SINASE, se encarrega de regulamentar todos os temas referentes a menores infratores em cumprimento de medidas socioeducativas. O Paraná apresenta a três anos consecutivos queda nos índices de incidência que eram de 29% no ano de 2011 e 22% no último levantamento feito em 2013. (SANTOS, 2013)

Conforme o Parecer CNE/CEB Nº:4/2010, o direito a educação representa um direito universal com objetivo de que todo ser humano possa utilizar sua liberdade para o bem comum, e neste contexto estão inseridos aqueles que estão privados da liberdade, embora reclusos mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, pois isto é necessário garantir o acesso a educação por estas pessoas, assim como estabelecido nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores, que versa sobre o tratamento especial a que estes jovens precisam para poder assumir seus papeis construtivos na sociedade, reforçando a importância da capacitação adequada que garanta a sua reinserção social, e garantindo que o mesmo tenha as mesmas condições das demais pessoas.

Conforme relata Costa (2006, p.23):

A socioeducação deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN: “a educação é direito de todos e dever da família e do Estado,terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoa do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (COSTA, 2006, p.23).

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014),além de garantir o direito a escolarização prevê a implantação em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens em conflito com a lei, de programas de Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio,assim como formação profissional. O Plano Nacional de Educação emDireitos Humanos determina que os Poderes Públicos deverão apoiar a elaboração e a implementação de programas para assegurar a Educação Básica nos sistemas penitenciários, e a pratica educacional é um direito do interno assim como os demais direitos fundamentais.

Evidencia-se que a educação em ambientes de socioeducação é sempre de apreensão, pois professores e alunos estão constantemente em conflitos, e há um esforço para buscar arranjos mais ou menos aceitáveis em forma de negociação, pois os alunos e

o professores possuem leituras diferentes sobre uma mesma situação do cotidiano de sala de aula. A situação da sala de aula constroem a situação do estabelecimento, que estão repletas de relações interpessoais que unem os mundos dos educadores e alunos. Os alunos muitas vezes possuem consensos diferentes aos dos professores, pois trazem do exterior um contexto social muito completo, e essa confusão de mundos é uma fonte que originam diversas violências e deslizos comportamentais, os alunos vivem em constantes conflitos, pelos diversos mundos em que fazem parte, o da família, o dos amigos, o da unidade de reclusão e o docente tem um papel importante no processo de aprendizagem e não deve ignorar estas percepções dos alunos, orientando suas práticas em encontro a recepção dos alunos. (DUTERCK, 2013)

Sobre o papel da escola e do docente, ao passar do tempo, foi atribuído ao professor uma missão de 'salvação' e 'regeneração social', e a escola sendo vista como um ambiente de 'redenção', e com toda a responsabilidades que vão além da escolarização atribuindo a si, o papel da família e da comunidade no processo de formação dos alunos. E hoje, projeta-se no professor a esperança de ele consiga cumprir com as missões que são impossíveis de cumprir. (NÓVOA, 2013)

Bourdieu apud Busseto (2006) afirma que as condições sociais interferem no processo de ensino aprendizagem com forte influência, e que muitos dos alunos que apresenta comportamentos inadequados são fruto de um ambiente desfavorável, e a escola não deve ser um local de discriminação. O autor questiona a máxima de que a escola é um local que fornece igualmente a todos os indivíduos os itens necessários para que o ensino seja uma forma de liberdade individual e possibilita a ascensão social.

O mesmo autor ainda acrescenta que:

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos, e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIE apud BUSSETO, 2006, p.53)

A escola precisa e deve levar em consideração o perfil cultural, social e econômico do aluno a que se pretende atender, como uma forma de equidade para com os indivíduos.

3 O EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Conforme relata Degen (2010) a pobreza continua sendo o maior desafio brasileiro, apesar da riqueza mundial ter dobrado desde o fim dos anos de 1980, quase 6,6 bilhões de pessoas apenas subsiste com menos de dois dólares por dia, de acordo com as estatísticas do relatório World Development Report do Banco Mundial (2008), e acrescenta ainda que se não for reduzida a pobreza coloca-se em risco toda a sustentabilidade da humanidade.

O empreendedor é mais conhecido como aquele que cria novos negócios, (DORNELAS, 2008, p.22). Bulgacov (1999) relata que o empreendedorismo é uma atividade que vem cada vez mais se firmando dentro do mercado e sendo cogitada como uma opção profissional, pois atualmente o mercado procura fomentar cada vez mais o incentivo ao empreendimento,

Ainda para Chiavenato (2007), os empreendedores podem ser definidos como heróis populares dentro do mercado de negócios, pois fornecem empregos, incentivam a inovação tanto em atendimento quanto em mercadorias, além de proporcionarem grande

crescimento econômico além de excelentes fomentadores do mercado em que atuam. É nesta perspectiva que o empreendedorismo pode ser ensinada em unidades com menores em regime socioeducativo, como uma ferramenta de inclusão social, que permitirá que os adolescentes possam ter contato com o espírito empreendedor e despertar a vontade de criar o próprio negócio, e ter uma alternativa de trabalho quando estiver em liberdade.

Degen(2008) define o que empreendedorismo por necessidade é ação gerada por uma necessidade pessoal do indivíduo que se vê sem trabalho, e precisa de alguma alternativa para se sustentar e garantir as necessidades básicas, e este tem um papel importante na redução da pobreza e inclusão social. O autor afirma que este tipo de negócio, gerado por necessidade, são chamados de negócios medíocres, pois geralmente os empreendedores ganham menos do que trabalhando como empregado, porém garante uma vida digna para o empreendedor e sua família.

O mesmo autor, ainda defende que as universidades devem ser agentes socializantes, e usar o conhecimento da sociologia, devem motivar seus alunos a promoverem a inclusão social através do empreendedorismo por necessidade. Porém, o ensino de empreendedorismo ainda é tratado apenas nas universidades, sendo que deveriam ser conteúdo desde o ensino básico, sendo visto como uma oportunidade de obter renda com o próprio trabalho. Pois representa uma possibilidade para o desenvolvimento das pessoas, e subsequentemente sua inclusão social e o desenvolvimento sustentável do país.

É preciso que menores infratores tenham a possibilidade de criarem suas próprias oportunidades ao serem postos em liberdade, ao contrário voltarão as práticas de criminalidade. Costa e Carvalho (2011) defendem que o emprego é a melhor forma de salvaguardar contra a pobreza e a exclusão social, e a educação em empreendedorismo permite a criação de ambientes que estimulem comportamentos voltados para a geração de empregos e principalmente auto empregos.

As autoras acima, ainda defendem que o empreendedorismo e as competências inerentes a ele, não são intrínsecas ao ser humano, portanto podem ser aprendidas desde que o ambiente de ensino seja um contexto favorável para esta prática, e os menores infratores apesar de pertencerem a uma classe excluída e problemática da sociedade podem se valer deste mecanismo para criar suas próprias oportunidades de emprego.

O Sistema de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, aponta para a importância do empreendedorismo como um fator de inclusão social, visto que números apontam que nos municípios de menor porte é comum existir um contingente de pessoas dependentes de programas sociais e que contam com o Poder Público para suprir suas necessidades básicas de subsistência, e observa-se que nas cidades onde há incentivo as atividades empreendedoras, houve uma diminuição do número de beneficiários dos programas sociais municipais, estaduais e federais, pelo fato de as pessoas conseguirem fonte de renda própria, seja pela obtenção de um emprego em uma micro ou pequena empresa ou por abrirem um pequeno negócio. O órgão ainda defende que os pequenos empreendimentos são importantes geradores do primeiro emprego, pois permite que jovens e adultos sem experiência para o mercado de trabalho possam ter o primeiro emprego e qualificação profissional inicial. Desta forma, é promovida a inclusão produtiva de parcela da população normalmente excluída da economia formal.

Rae (2004), defende que por meio da formação pessoal e social, a pessoa pode desenvolver sua identidade empreendedora, a qual expressa os seus sentidos e futuras aspirações. A formação de identidade empreendedora é influenciada pela sua vida e pelas experiências familiares, pela educação e formação de carreira, além das relações sociais.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa usou o método de pesquisa bibliográfica para a reflexão dos dados obtidos, o objeto de estudo desta pesquisa foi o ensino em unidade socioeducativa do estado do Paraná. O método adotado foi o dedutivo e o delineamento da pesquisa é um estudo de caso.

De acordo com a natureza do problema e os objetivos da pesquisa, a mesma foi classificada como qualitativa, pois de acordo com Minayo (2013) responde questões com um nível de realidade que não se pode ou não deveria quantificar, e por ser a mais adequada a pesquisas na área de Ciências Sociais. Nesta perspectiva, a pesquisa assume forma de pesquisa bibliográfica, em que foram realizadas pesquisas em livros e sites da internet. Como coleta de dados optou-se pela aplicação de uma entrevista com pedagogo que atua na unidade, por ser um instrumento de fácil aplicação, e teve como objetivo identificar os maiores desafios sobre a forma que se apresenta o ensino de empreendedorismo em unidades socioeducativas, e se este é utilizado como ferramenta na formação dos adolescentes. A amostra foi escolhida intencionalmente por ser o único a atuar na unidade. Para garantir o anonimato o nome do mesmo não será mencionado na pesquisa. Após a coleta dos dados, os mesmos foram transcritos e de maneira descritiva e discutidos. Desta forma, apresenta-se a seguir os resultados obtidos com a pesquisa.

4.1 DADOS E DISCUSSÃO

A partir das informações obtidas, a entrevista com o pedagogo responsável pela unidade objeto deste estudo abordou alguns assuntos sobre as práticas educativas desta unidade, para entender como se dá a aplicação dos direitos humanos dos menores que ali estão em regime socioeducativos, e se utilizam o empreendedorismo como ferramenta de inclusão social.

Evidenciou-se que não são todos os menores infratores que são direcionados aos CENSE. Há diversas formas de medidas educativas, a internação é a forma mais agravada de punição dentre todas as possibilidades. Há em torno de 20 centros de socioeducação no Estado do Paraná, e cerca de 900 adolescentes infratores estão internados atualmente. A unidade pesquisada tem capacidade para atender até 70 internos, estes recebem o ensino básico e médio em sistema CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos. Os jovens ficam internados por até três anos, e a maioria dos atos infracionais são: tráfico, roubo e homicídio. Estima-se que cada adolescente custe 6 (seis) mil reais por mês ao estado e o índice de recuperação não chegue a 5% por cento, ainda que alguns números oficiais demonstrem o oposto. Geralmente eles chegam aos 15 anos e saem aos 18, com média de três idas e voltas. Há uma equipe pedagógica que acompanha estes alunos, as unidades do estado do Paraná, são compostas por serviços técnicos e de administração, em todas as unidades existem pedagogos, psicólogos, auxiliar e assistente administrativo, assistentes sociais. Os alunos são avaliados com provas bimestrais, mas também há acompanhamento e avaliação para a frequência e aprovação escolar.

Sobre os conteúdos trabalhos, verificou-se que em virtude do perfil educacional de cada menor é necessário que os conteúdos sejam adequados a realidade dos menores, levando em consideração suas dificuldades e contexto social, a maior preocupação é com a formação de valores e princípios para que este menor seja inserido no meio social com oportunidades de serem aceitos, neste aspecto percebe-se uma diferenciação no

tratamento entre os alunos das escolas da rede regular, e da escola da unidade. Também foi citada a preocupação dos professores com a formação do caráter destes menores, em detrimento dos conteúdos que são ministrados, e estes ficam em segundo plano, mas alerta para a preocupação e motivação dos professores em conseguirem obter bons resultados na escolarização. Conforme apontado pela Constituição Federal art. 205 a educação é um direito de todos, e esta deve promover a liberdade, e a escolarização necessária para o trabalho, neste sentido a unidade promove um direito fundamental do menor, porém o priva de ter todos os conteúdos com profundidade, o que caracteriza uma forma de discriminação do aluno, privando-o de ter acesso aos conteúdos que os alunos normais teriam.

Apesar de terem a vantagem de trabalhar com número reduzido de alunos, já que a unidade possui 50 internos, os conteúdos escolares não são abordados em profundidade, pois quase em sua totalidade os menores não apresentam o conhecimento adequado ao período em que estão inscritos. Um item negativo da interação entre os professores e menores, é a constante preocupação no modo de falar com estes menores, para que não sejam interpretados incorretamente, e estas falhas na comunicação possam ocasionar conflitos de relacionamentos entre os professores e alunos. Um aspecto levantado é que muitos professores têm medo da interação com estes menores, e estes são revistados na entrada e na saída da aula, também com o objetivo de evitar conflitos entre os alunos. O que evidencia o que foi mencionado por Dutercq (2013), quando relata que os alunos muitas vezes possuem consensos diferentes aos dos professores, pois trazem do exterior um contexto social muito complexo, e essa confusão de mundos é uma fonte que originam diversas violências e deslizes comportamentais, os alunos vivem em constantes conflitos, pelos diversos mundos em que fazem parte, o da família, o dos amigos, o da unidade de reclusão; e o docente tem um papel importante no processo de aprendizagem e não deve ignorar estas percepções dos alunos, orientando suas práticas em encontro a recepção dos alunos. (DUTERCQ, 2013)

Ao tratar do que foi definido como direitos humanos fundamentais, em que a educação é direito de todos, e para todos, e que ela é um direito garantido de todos os seres humanos, independentemente de onde o mesmo esteja inserido, a referência do discurso dos colaboradores da unidade, permite uma reflexão sobre o verdadeiro papel da educação em unidades socioeducativas, mesmo que este cenário exija uma postura diferente, é preciso que os mesmos tenham os mesmos direitos que os alunos inseridos em escolas normais.

Este modelo de escola deve ser um modelo especial, não como uma forma de excluir os já excluídos, assim para que sejam favorecidos os mais favorecidos, e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIE apud BUSSETO, 2006). É preciso uma metodologia específica para este público, baseado em suas expectativas, suas deficiências, de forma que a mesma não seja mais um rito de passagem obrigatória, desta forma o professor poderá obter uma aprendizagem significativa, pois conhecerá o repertório anterior do aluno e poderá obter melhores resultados.

Na maioria das vezes os adolescentes frequentam as aulas pela obrigação de cumprir as medidas, estão sempre ansiosos por estarem privados da liberdade e constantemente há conflitos entre eles, a maioria se mostra desinteressada pela escola e pelo aprendizado, e aqueles que apresentam indisciplina perdem o direito de frequentar as aulas por mal comportamento. Ainda que isso fira alguns direitos indiscutíveis, pois o acesso a aula não deveria ser uma condição comportamental, mas sim um direito necessário a sua formação.

Sobre o perfil dos professores que atuam na unidade, somente os professores com um perfil humanista permanecem na unidade, pois sabem do papel social que exercem, muitos trabalham há muitos anos e se apresentam muito tolerantes, pois acreditam que muitos destes menores infratores podem ser recuperados e inseridos no meio social. A escolarização tem papel fundamental para o sucesso do período de internação, pois representa uma possibilidade de inserção social para o adolescente que quer sair da vida do crime, este é o motivo de muitos serem incidentes, pois não valorizam e não reconhecem a educação como algo necessário, e esta postura infelizmente os professores não conseguem mudar, pois o aluno despreza o conhecimento oferecido. Reboul apud Nóvoa (2013) faz uma importante observação sobre o estado atual da educação, quando afirma que a mesma está em crise, e o sinal mais convincente é sem dúvida a falência da nossa educação. Pela primeira vez na história talvez, o homem se reconhece incapaz de educar seus filhos.

Sobre o ensino de empreendedorismo, tema foco desta pesquisa, verificou-se que a unidade desempenha diversos trabalhos temáticos com os adolescentes, aulas de desenho, pinturas, poesias, textos, música, artesanatos e diversas outras atividades do interesse deles, e o professor constantemente busca adequar os temas a realidade dos alunos, com assuntos do dia-a-dia dos mesmos. Cada interno possui um Plano de Atendimento individualizado, que contempla as necessidades de cada aluno, com o objetivo sempre de romper com criminalidade. A questão principal desta pesquisa foi saber se a unidade utiliza o ensino de empreendedorismo como uma ferramenta possível para a inserção deste menor no mercado de trabalho, assim que o mesmo cumprir suas medidas socioeducativas. Como discurso, verificou-se que sim, a unidade fornece cursos profissionalizantes que procuram capacitar o adolescente para terem oportunidades de serem inseridos no meio social, porém não é ensinado diretamente, pois não há uma disciplina específica para trabalhar este tema, contudo há um entendimento geral dentro do Sistema SINASE que apoia e incentiva o ensino profissionalizante dentro das unidades, mas ainda há muito o que ser melhorado, pois estes menores precisam ter oportunidades quando são colocados em liberdade, mas o que ocorre na prática é bem diferente do que se espera. É preciso que menores infratores tenham a possibilidade de criarem suas próprias oportunidades ao serem postos em liberdade, ao contrário voltarão as práticas de criminalidade. Costa e Carvalho (2011) defendem que o emprego é a melhor forma de salvaguardar contra a pobreza e a exclusão social, e a educação em empreendedorismo permite a criação de ambientes que estimulem comportamentos voltados para a geração de empregos e principalmente auto empregos.

O sistema de atendimento das unidades contemplam a preservação dos direitos humanos dos menores, no discurso toda a equipe trabalha para que tais direitos fundamentais sejam garantidos, desde a participação da família, o direito a educação, a dignidade, e outros, conforme aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os direitos destes menores são garantidos por lei, e representam a melhor forma para tornar digna a vida destes, ainda que tenham se desviado do padrão normal de comportamento em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi importante pois possibilitou oferecer uma visão da forma atual com que uma das unidades de Socioeducação atua suas práticas de ensino com menores infratores que cumprem medidas socioeducativas. O objetivo da pesquisa foi atingido, uma vez que possibilitou perceber que as unidades reconhecem a importância do ensino

de empreendedorismo para este público, entretanto o mesmo não é ensino de forma direta, com aplicações práticas, sendo reduzida apenas a atividades de artesanato e cursos profissionalizantes. Sobre os direitos humanos, constatou-se que a instituição, pelo discurso do pedagogo ressalta garantir que os direitos humanos dos menores sejam preservados, entretanto um procedimento inadequado ocorre quando um menor apresenta comportamento de indisciplina, pois o mesmo é privado de frequentar as aulas.

No entanto, os dados e análises apresentados, além de confirmarem a importância de rever urgentemente políticas públicas mais eficazes no processo educacional de menores infratores, demonstram que o empreendedorismo ainda não é trabalhado como atenção especial, como uma meio de ajudar tais menores a criarem suas próprias oportunidades quando estiverem em liberdade. O menor precisa ser preparado para as dificuldades que o mercado de trabalho oferecerá, mercado este, que já apresenta diversos tipos de discriminação e, caso este aluno não tenha a formação necessária para agir em situações de adversidades, será mais um discriminado em meio a tantos.

A globalização e as novas realidades de ensino oferecem novos desafios para a integração destes jovens no mercado de trabalho, e ao verificar os aumentos no número da criminalidade brasileira, este desafio se apresenta ainda maior para professores que atuam com menores infratores, estes que muitas vezes além dos conteúdos estabelecidos nos currículos devem se atentar para uma formação moral e ética.

Este artigo permite apresentar uma relação entre os Direitos Humanos, a educação como um direito humano fundamental e o ensino de empreendedorismo para menores infratores, considerando as práticas de uma unidade socioeducativa do estado do Paraná. Este trabalho permite apontar algumas considerações relevantes e que podem contribuir para futuras investigações: o ensino de empreendedorismo ainda precisa ser ofertado como um programa curricular, e o mesmo depende muito de uma ideologia empreendedora que entenda a realidade atual, e aja sobre ela. Ainda que alguns critiquem este fenômeno, como uma transferência de obrigação do Estado a sociedade, o empreendedorismo se mostra como uma alternativa de mudança social, e inclusão dos excluídos. Os resultados obtidos revelam por sua superficialidade, que ainda não há um entendimento profundo sobre o tema, e este por ser complexo necessita ser constantemente estimulado.

Finalmente, constatou-se que na instituição o empreendedorismo ainda não é utilizado como uma ferramenta de inserção social, devido as suas limitações de ensino. Sugere-se que novas investigações possam ser realizadas, com o objetivo de identificar quais as reais dificuldades encontradas pelos professores para atuarem com o tema. Ou ainda, o ensino superior pode contribuir ainda mais, na elaboração de conteúdos para este fim, de forma que o menor possa sair destas unidades socioeducativas com oportunidades de empreenderem suas fontes de renda, sem que tenha que voltar a criminalidade.

Como recomendações finais, propõe-se que as instituições de ensino superior possam manter fortes laços com a comunidade, para que o processo de formação de professores da rede estadual seja agregado valor social com o tema empreendedorismo, aquele que gera renda, que gera auto emprego e que reduz os riscos sociais e promovendo a inclusão e coesão social.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer n. 08/2012 – Princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH)**. Brasília, Pleno do Conselho Nacional de Educação, 2012, p. 1-18. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17631&Itemid=866 (Consulta em 20-set-2014, às 14h10).

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil** de 05 de outubro de 1998.

BRASIL. Lei nº 8.069/90. Atualizada com a Lei nº 12.010 de 2009. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Senado Federal, Brasília, 2012.

BULGACOV, S. et al. **Administração Estratégica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1999.

BUSETTO, A. “A Sociologia de Pierre Bourdieu e sua análise sobre a escola”. In:

CARVALHO, A.B.; SILVA, W. C. L. **Sociologia e Educação**. Campinas, Avercamp, 2006, p. 113-33.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 2.ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2007, 281 p.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008, 440p.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática: Mitos e verdades do empreendedor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, 148 p.

DUTERCQ, Y. “Pluralidade dos Mundos e Cultura Comum: professores e alunos à procura de normas consensuais”. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. **O Ofício de Professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, Vozes, 2013, 5ª. Ed., p. 169-80.

SEBRAE. Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Pequenos-empreendimentos-promovem-a-inclus%C3%A3o-social>. Acesso em 26-set-2014.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: CONANDA, 2006.

MINAYO, M. C. S. “O desafio da Pesquisa Social”. In: _____. **Pesquisa Social**. Petrópolis, Vozes, 2013, 33ª. Ed., p. 9-29.

NÓVOA, A. “Os professores e o ‘novo’ espaço público da Educação”. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. **O Ofício de Professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, Vozes, 2013, 5ª. Ed., p. 217-33.

SANTOS. Ailton. Mais de 900 adolescentes do PR cumprem medidas socioeducativas. O Paraná. Disponível em: <http://www.oparana.com.br/policia/2013/06/mais-de-900-adolescentes-do-pr-cumprem-medidas-socioeducativas/1157129/> Acesso em 15-set-2014